

Viver sem segurança na maior favela do Rio

Um dos muitos líderes da comunidade que conheci hoje não podia ter dito melhor: “a impunidade é a mãe de toda a violência”. Estava nessa altura a ouvir pessoas do Complexo da Maré falar sobre como é viver na maior favela do Rio de Janeiro. (...) As suas histórias não eram de praias bonitas, clubes de dança famosos ou bares e restaurantes glamorosos. As suas histórias são de brasileiros da classe trabalhadora que tentam sobreviver a duas ameaças de violência idênticas: nas mãos dos criminosos ou na indiferença e na violência por parte da polícia.

Algumas das questões que levantaram foram: a falta de eletricidade, de água, de saneamento, de escolas de qualidade e de clínicas de saúde. Mas quando se falava do falhanço do governo em assegurar estes serviços essenciais, a conversa voltava sempre à questão da segurança.

Insegurança de gangues e forças policiais

Favelas como a Maré têm níveis muito elevados de violência. No passado isto significava que a polícia, e alguns sectores do governo, abandonavam as pessoas que viviam nas favelas. Diriam que eram demasiado violentas para que pudessem trabalhar nestes locais. Isto está a mudar, mas quando se ouvem as pessoas da Maré falar daquilo que vai acontecer muito em breve nas suas comunidades [a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), prevista para este ano], o seu medo é palpável. (...) O problema é que no passado a polícia ameaçou as pessoas que viviam nas favelas como se fossem todas criminosas. Demasiadas mortes que ocorreram em favelas – especialmente de jovens negros – parecem ter acontecido pelas mãos da polícia.

No final de junho uma manifestação pacífica terminou com as pessoas da Maré numa situação a que já estão habituadas: a serem alvo dos *gangs* criminosos por protestarem e apanhadas no fogo cruzado da polícia que usou força letal. No final 10 pessoas morreram, entre elas um polícia.

Isto leva-nos de volta à questão levantada pelo líder da comunidade: investigações bem feitas ao uso da força pela polícia são raras. Alegações credíveis de que a polícia esteve envolvida em muitas execuções extrajudiciais são ignoradas e as testemunhas têm demasiado medo para se chegarem à frente.

As pessoas trabalhadoras que vivem na Maré merecem viver com o sentimento de segurança: seja a segurança de saberem que podem ir à loja comprar um pedaço de pão sem serem assassinadas; ou que as suas crianças podem ir à escola e receber uma educação decente; ou que o lixo vai ser recolhido e as estradas vão receber manutenção.

Hoje vivem sem qualquer segurança. Gangues criminosos continuam a fazer a vida miserável aos residentes da favela. Os governos ignoram as suas obrigações de providenciarem serviços básicos. E, mais condenável, a polícia – ao invés de providenciar segurança – provoca o medo nas pessoas que vivem na Maré.

Em intervenções intermitentes, a polícia faz rusgas arbitrárias sem qualquer motivo. Tornou-se rotina invadirem as casas das pessoas sem mandado, destruírem o que não querem, confiscarem o que possa ter valor e, demasiado frequentemente, ameaçarem ou baterem nos residentes. As pessoas dão-se como sortudas quando estas “invasões ao domicílio” terminam apenas com uma porta partida, móveis destruídos e alguns bens roubados.

Este conceito de “segurança” estar a ser implementada através do programa de “pacificação” é que é um problema sério. A polícia identifica todos os residentes das favelas como se fossem criminosos *de facto*. Se alguém desafia a polícia, isso torna-se uma prova de que é criminoso e o normal é isso resultar num confronto, que, demasiadas vezes, acaba com o jovem morto.

Uma comunidade com mais poder

Ao mesmo tempo que foi devastador ouvir estas histórias no meu primeiro dia de visita ao Brasil, há motivos para ter esperança. O encontro com pessoas da comunidade e os seus líderes foi organizado pelas associações locais *Redes de Maré* e pelo *Observatório das Favelas*, que estão a trabalhar com o escritório da Amnistia Internacional no Brasil numa campanha para empoderar os residentes da favela, fazendo com que saibam enfrentar a polícia e exigir os seus direitos.

Dois elementos desta campanha mostraram já ser muito importantes.

O primeiro: assegurar que as pessoas que vivem na Maré compreendem os seus direitos ao serem parados na rua ou quando a polícia for fazer buscas às suas casas. Saberem que a polícia deve ter um mandado para revistar a casa ajuda a que os residentes possam reivindicar os seus direitos.

O segundo, mais crucial: as conversas que estamos a ter com a polícia, procurando ajudá-la a reconhecer que alguém que sabe e reclama os seus direitos está a exigir direitos de cidadania, não a atuar como um criminoso.

A situação está a melhorar, mas o processo é lento. Foram colocados autocolantes nas portas e janelas das casas – pedindo à polícia que se certifique, antes de entrar numa casa, que a busca é legal –, e estes foram retirados pelas forças policiais. Para além disso, ainda há medo relacionado com o programa de pacificação que aí vem, que inclui levar tanques para as estradas da Maré.

Contudo, os residentes das favelas – fortalecidos pelo conhecimento dos seus direitos e agora mais capacitados para dialogar com agentes governamentais, incluindo a polícia – estão aos poucos a desafiar a perceção de que todas as pessoas que vivem nestes locais são criminosos. A polícia começa a reconhecer que as suas ações – as legais e as de outra ordem, baseadas num julgamento generalizado das pessoas que vivem na pobreza – exacerbou, e não reduziu, a violência nas favelas.

A parceria entre a Amnistia Internacional e as duas organizações locais tornou isto possível. As pessoas na Maré confiam no *Observatório* e na *Redes* porque são da comunidade. Estão a aprender a confiar na Amnistia Internacional, porque estamos a usar a nossa influência para trazer à mesa de conversações pessoas chave do governo e da polícia, para que ouçam diretamente as pessoas que vivem na Maré, que carregam o fardo do crime violento e do policiamento com violência.